III. A CONFERÊNCIA DE 1897 E AS ORDENAÇÕES ANGLICANAS

A Conferência de Lambeth de 1897 não delegou mais a questão da unidade cristã a três comissões distintas como anteriormente. Daqui em diante, há apenas uma única comissão, e essa maneira de proceder tornou-se a norma nas Conferências subsequentes, embora uma maioria, ao que parece, desejasse ver a comissão ecumênica dividida em várias subcomissões.

A comissão ecumênica de 1897 tinha a tarefa de "estudar e relatar sobre a questão da unidade cristã, tocando: a) as Igrejas do Oriente; b) a Comunhão latina; c) os outros grupos (*Bodies*) cristãos"[27]. Um parágrafo separado foi, portanto, dedicado à Igreja católica, como se tornou habitual até os dias de hoje.

Esse parágrafo, em 1897, dizia respeito exclusivamente à questão das ordenações anglicanas (*ordinations*). Sabe-se que essas ordenações foram declaradas inválidas por Leão XIII, no ano anterior, na Bula *Apostolicae curæ* de 13 de setembro de 1896.

Conformando-se a todos os decretos de seus predecessores sobre a mesma causa, confirmando-os plenamente e renovando-os por sua autoridade, o papa declarou:

> **"Por nosso próprio movimento e por ciência certa, pronunciamos e declaramos que as ordenações conferidas segundo o rito anglicano foram e são absolutamente vãs e inteiramente nulas, *irritas prorsus fuisse et esse omninoque nullas*"**[28].

A possibilidade de uma aproximação e união entre Roma e Canterbury foi considerada pela primeira vez. Este início, no entanto, não foi feliz e promissor. Do ponto de vista ecumênico, há aqui um problema extremamente delicado, e por várias razões.

É claro, em particular, que a questão não é de natureza puramente jurídico-canônica. A declaração pontifical não tinha apenas o objetivo de recordar que a ordenação recebida na Igreja anglicana não era suficiente para conferir o poder de exercer o ministério na Igreja católica.

Uma exclusividade desse tipo também existe na Igreja anglicana, como pode ser visto no Ordinal de 1549. A prefa do Ordinal afirma, de fato, que "ninguém pode ser considerado legítimo bispo,

sacerdote ou diácono na Igreja da Inglaterra se não tiver recebido o poder e não tiver sido ordenado de acordo com o rito do Ordinal, e se não tiver recebido anteriormente uma ordenação por um bispo"[29]. A prática da Igreja da Inglaterra demonstra que essa regra tem valor jurídico apenas dentro da referida Igreja e não pretende fazer nenhum julgamento sobre a validade dos ministérios e das ordenações das outras Igrejas[30].

As palavras "*irritas prorsus fuisse et esse omninoque nullas*" deixam claro que não se trata de ilicitude, mas de nulidade. A palavra *irritas* significa **inválido no sentido de desprovido de efeito, sem propósito e vão**; assim, as expressões omninoque nullas repetem de forma redundante que **as ordenações são, em si mesmas, totalmente nulas e sem qualquer valor** (em inglês: *totally nul and void*). Portanto, a declaração pontifical não tem um caráter histórico ou canônico, mas **ontológico**. O papa quer dizer com isso que as ordenações em questão não produzem, em nenhum aspecto, na ordem sobrenatural, os efeitos que pretendem produzir.

Isso não é pouca coisa. Compreendemos muito melhor o que isso implica, agora que ultrapassamos o estágio polêmico e apologético e que buscamos uma abordagem ecumênica. Isso significa que uma Igreja existiu durante vários séculos, que possui milhões de membros, que, em seu seio, dia após dia, uma multitude de ministros ordenados **pensa estar cumprindo** a tarefa que Cristo lhes confiou, mas que, segundo o julgamento de outra Igreja, **não é realmente uma Igreja**, e mais, **que está em ilusão ao imaginar que seus ministros falam e agem pela autoridade de Cristo e que seus sacramentos têm a significação e a eficácia que ela lhes atribui e que ela, de boa fé, espera deles.**

O batismo administrado por um eclesiástico anglicano constitui apenas uma exceção aparente. De fato, se a Igreja de Roma reconhece sua validade, não é porque o ministro da Igreja anglicana tenha recebido uma ordenação válida e administre o sacramento na qualidade de ministro de uma verdadeira Igreja. É unicamente porque, segundo a doutrina da Igreja romana, **todo batismo é válido, independentemente do ministro**, desde que seja conferido com água acompanhada da fórmula sacramental, e que a pessoa que baptiza tenha a intenção de "fazer o que faz a Igreja". **A eventual reconhecimento de um batismo “não católico” não prova, portanto, nada em favor do ministério e dos sacramentos da Igreja em questão.**

O que pode fazer uma Igreja que é atingida por uma declaração tão destrutiva quanto a da invalidade de suas ordenações? Sem dúvida, ignorar essa declaração e não levar em conta.

A Igreja que aceitaria tal declaração reconheceria, por esse fato, que não é uma Igreja no verdadeiro sentido da palavra e rebaixaria **seu ministério sacramental ao nível de cerimônias desprovidas de conteúdo**. **Ela renunciaria, por esse mesmo fato, à sua própria existência** . Em sua resposta detalhada de 28 de março de 1897, os arcebispos de Canterbury e de York escreveram sobre a declaração de nulidade de suas ordenações que ela era "uma carta escrita com a intenção de derrubar todo o nosso status eclesiástico"[31].

Os dois escritos, a carta do papa e a resposta dos arcebispos anglicanos, mostram que a questão pode ser abordada de diferentes ângulos. O papa examina a questão a partir da prática da Igreja e da teologia moral sobre a forma e a intenção que são exigidas para a validade das ordenações. Os

arcebispos adotam um ponto de partida tipicamente reformado; eles partem, de fato, da Sagrada Escritura e da tradição da Igreja antiga. Além disso, eles acreditam que o papa não levou em conta a intenção geral, expressa na introdução ao Ordinal de 1549, que visava perpetuar os ministérios dos bispos, sacerdotes e diáconos que existem na Igreja desde a era apostólica. O papa, por sua vez, enfatiza a intenção pessoal dos compiladores do Ordinal e dos bispos que procederam às ordenações durante os reinados de Eduardo VI e Elizabeth I.

O papa fundamenta sua conclusão em dois fatos. O primeiro é que **o Ordinal de 1549 omitiu intencionalmente certos trechos do rito romano, e o segundo, que o ofício eucarístico não possui mais, no *Book of Common Prayer*, o caráter do sacrifício da missa, mas se apresenta como um ofício de comunhão**. A combinação desses dois fatos levou o papa à conclusão de que **a intenção dos compiladores não se concentrou no que é necessário à validade. A fórmula: "Receba o Espírito Santo", teria, portanto, adquirido um novo sentido que tornaria inválida a forma da ordenação.**

O padre Francis Clark, S.J., tentou recentemente lançar alguma luz na discussão conduzida pelas duas partes desde 1896, focando em uma análise minuciosa da noção de intenção e dos argumentos baseados nessa noção na carta apostólica[32]. Ele também fornece uma visão abrangente dos escritos publicados de ambos os lados sobre a questão[33].

Voltaremos em nosso último capítulo para discutir o problema da validade das ordenações anglicanas, levando em conta a atual situação ecumênica. Aqui, nos limitaremos a expor a atitude adotada pela Conferência de Lambeth em 1897 em relação à declaração pontifical sobre a invalidação dessas ordenações.

A resposta conjunta dos arcebispos de Canterbury e de York é mais histórica do que dogmática. Eles viam de forma completamente diferente as consequências que resultaram da Reforma para a Igreja da Inglaterra, e estavam da opinião de que a carta apostólica apresentava uma imagem imprecisa das coisas. Além disso, acreditam que, se as objeções formuladas contra a forma e a intenção do Ordinal de 1549 fossem justificadas, **também se poderia provar historicamente que a Igreja de Roma passou por períodos em que suas ordenações não satisfaziam à forma requerida (*Accipe Spiritum Sanctum*) nem à matéria exigida (imposição das mãos), o que deveria resultar na invalidez de suas próprias ordenações:**

Assim, o papa aniquila suas próprias ordens ao remover toda validade às nossas; é assim que ele condena sua própria Igreja. Esse grande perigo de nulidade ameaçou a Igreja romana desde o dia em que o papa Eugênio IV introduziu uma nova matéria e uma nova forma de ordem sem mencionar aquelas que são a verdadeira matéria e a verdadeira forma deste sacramento. Ninguém, de fato, sabe quantas ordenações podem ter sido realizadas, conforme a doutrina deste papa, sem a imposição das mãos, e sem a forma que se adequa ao sacramento. O papa Leão XIII exige o uso de uma forma desconhecida aos bispos de Roma, seus predecessores, e a intenção que ele reclama ao mesmo tempo é defeituosa no catecismo da Igreja Oriental[34].

Ao olhar para as coisas do ponto de vista anglicano, seria precisamente a Igreja de Roma que, durante a Idade Média, caiu de uma inovação a outra, enquanto a Igreja da Inglaterra restabeleceu a ordem antiga de acordo com os requisitos da Palavra de Deus e dos princípios autênticos da

Igreja de Deus. É evidente que, em tudo isso, Roma e Canterbury partiram de normas e concepções de autoridade radicalmente diferentes. Assim, nenhum dos argumentos apresentados alcançou seu objetivo junto ao partido oposto. O padre Clark já observava isso:

As mentes pouco preparadas para admitir que o magistério oficial da Igreja católica romana e o ensino reconhecido de seus teólogos fornecem um guia seguro nessas questões de teologia sacramental, não aceitarão a validade de minhas premissas (ou seja, as premissas católicas)[35].

A discussão sobre a validade das ordenações anglicanas não levará a nada enquanto se restringir estritamente ao tema das ordenações em si. Ela beneficiaria ao se situar em um nível eclesiológico tão amplo quanto possível. Será inútil reabrir o debate sobre a validade das ordenações anglicanas enquanto não se alcançar **um acordo sobre a maneira de conceber a essência, a estrutura, o exercício e a autoridade da Igreja, assim como sobre a natureza e a disciplina dos sacramentos** (em particular da Eucaristia) e, em estreita conexão com isso, sobre a natureza do sacerdócio.

Na realidade, nunca houve um diálogo sobre essas questões. Na época pré-ecumênica, as Igrejas se combatiam, não dialogavam. A carta apostólica *Apostolicæ curæ* e a resposta anglicana foram ambas monólogos, cujas conclusões estavam fixadas antes mesmo de qualquer troca de ideias com a outra parte.

Um diálogo ecumênico sobre essa matéria ainda é possível? Pode-se questionar se Leão XIII não o excluiu de antemão pela conclusão de sua carta. Ele escrevia, de fato:

> *Decretamos que esta carta e tudo o que ela contém não **poderá jamais** ser acusada de adição, supressão, falta de intenção de nossa parte ou qualquer outro defeito; mas que ela será **sempre válida e em toda sua força,** que deverá **ser inviolavelmente observada por todos**, independentemente do grau ou precedência que se tenha, seja em juízo ou fora dele; declarando vã e nula toda e qualquer adição que possa ser feita por quem quer que seja, qual seja sua autoridade e sob qualquer pretexto, conscientemente ou por ignorância, e nada contrário deverá criar obstáculo a isto*[36].

Todas as possibilidades imagináveis estão aqui citadas e excluídas de forma definitiva. Uma brecha permanece: é que o texto foi redigido em um estilo curial ao qual talvez não se atribua em Roma a importância que muitas vezes se imagina em outros locais, **e que essa forma de pretensão à autoridade perde seu sentido em nossa época.**

De qualquer forma, **não temos aqui uma definição dogmática infalível, mas uma norma disciplinar que por si só não é infalível.** Essa declaração exige, enquanto permanecer em vigor, que seja observada por todos aqueles que estão sob a jurisdição do papa.

Não é impossível, no entanto, que, com a mudança das circunstâncias, as relações entre as duas Igrejas possam melhorar. Fatos e pontos de vista novos podem surgir, que

tornariam desejável, ou mesmo necessário, um novo exame das ordenações anglicanas. É provável que, dada a difusão do espírito ecumênico, o papa não se sinta vinculado pelas decisões tomadas por seus predecessores em relação ao que é permitido e ao que é proibido na esfera ecumênica.

> **Não estamos de acordo com o que diz o autor no parágrafo anterior.**

Isso não quer dizer que a questão das ordenações anglicanas não seja um dos mais espinhosos problemas do ecumenismo. Parece-me que a declaração de invalidade se apoiou em fatos históricos realmente desfavoráveis. O principal desses fatos é que os autores do Ordinal de 1549, assim como os bispos dos reinados de Eduardo VI e Elizabeth I, reconheceram bem o fundamento escritural e a origem apostólica do triplo ministério de bispos, sacerdotes e diáconos, mas que, na verdade, tiveram uma concepção reformada do sacerdócio e das ordenações. Algumas publicações recentes, baseadas em um estudo das fontes, apenas confirmaram essa constatação. O luterano americano Cari Mayer, especialista em história eclesiástica, chega à seguinte conclusão:

> *Matthew Parker foi consagrado arcebispo (de Canterbury) em 17 de dezembro de 1559 na capela de Lambeth. William Barlow, John Scory, que fez o sermão de instalação, Myles Coverdale e John Hodgkins participaram do rito solene. Nem Matthew Parker, nem a rainha, nem ninguém mais se preocuparam em consagrá-lo na sucessão apostólica. Ele foi consagrado por bispos em razão da dignidade da função, não para obedecer à necessidade de manter uma continuidade ininterrupta. A sucessão apostólica só se tornou mais tarde uma preocupação dos homens da Igreja*[37].

Seria possível estabelecer, com muitas provas a apoiar, que havia alguns “romanos” entre os bispos do reinado de Elizabeth. No entanto, a grande maioria deles era, em suas concepções e de fato, zwinglianos, calvinistas, puritanos ou luteranos. Parece-me excluído que esses bispos tenham podido ter, pessoalmente, durante as funções de uma consagração, a intenção “católica” de consagrar bispos ou ordenar sacerdotes e diáconos, o que é exigido pela Igreja de Roma como absolutamente necessário para a validade dessas ordenações. **Portanto, é preciso perguntar-se se, e em que medida, a interpretação pessoal da intenção fixada pela Igreja tem algum efeito sobre a validade da ordenação.**

O Dr. Norman Sykes, historiador da Igreja em Cambridge e depois reitor de Winchester (faleceu em 1961), reuniu inumeráveis materiais extremamente importantes destinados a esclarecer a concepção anglicana dos ministérios. Ele publicou essa documentação na obra intitulada *Old Priest and New Presbyter*[38]. Segundo esse autor, o anglicanismo do século XVI, ao continuar a usar a palavra "sacerdote", não a viu como *sacerdos*, mas como *presbyter* no sentido reformado da palavra.

Perguntemo-nos agora qual foi a reação da Conferência de Lambeth de 1897 à carta *Apostolicæ curæ*.

O parágrafo que aborda este assunto no relatório apresentado pela comissão ecumênica começa destacando que o papa Leão XIII manifestou em uma série de documentos seu desejo pela unidade cristã. "Infelizmente, ele declarou que a única base possível era o reconhecimento de sua supremacia papal como sendo de direito divino"[39]. A comissão aproveita a carta do papa sobre as ordenações anglicanas e a resposta dos arcebispos de Canterbury e de York para observar o seguinte:

> *Embora a controvérsia seja um método que raramente favorece a unidade, há, no entanto, razões para se mostrar grato: pelo tom cortês com que essa discussão foi conduzida; pelo fato de que o papa deixou de lado muitas coisas que eram irrelevantes para a questão e de valor duvidoso, mas que anteriormente tornavam a discussão sem saída; pela delimitação do alcance da controvérsia a alguns pontos bem definidos; pela ampla documentação que reúne os resultados de muitas pesquisas; e, finalmente, pelo desejo, manifestado de parte a parte, de buscar entender-se e evitar conscientemente os preconceitos. O desenvolvimento desse espírito dá valor mesmo a uma controvérsia; encaramos com total confiança o resultado de uma controvérsia desse tipo*[40].

Esse trecho expressa bem a mentalidade ecumênica que caracteriza o anglicanismo até hoje. O ecumenismo, para os anglicanos, é **mais uma atitude do que um sistema, mais uma intuição do que um plano preestabelecido**. Ele avança buscando e tateando. Espera pouco, senão nada, da polêmica e da teologia da controvérsia. A tarefa da Igreja anglicana é descobrir novas possibilidades, estabelecer novas relações amistosas que possam gerar **resultados práticos sem se esgotar em considerações teóricas sem fim.** Sempre que surgem dificuldades insuperáveis, as Igrejas anglicanas esforçam-se para tirar o bem do mal; **nunca fecham a porta ao sair, esperam pacientemente que uma oportunidade mais favorável se apresente e olham para o futuro com esperança.**

A atitude ecumênica adotada pela Conferência de Lambeth em 1897 em relação à Igreja católica não a impediu de demonstrar sua simpatia pelas minorias protestantes que precisam lutar pela liberdade nos países católicos, nem por certos grupos dentro da Igreja de Roma, que "se esforçam para se libertar da autoridade usurpada da Sé de Roma, assim como nós que, há três séculos, reconquistamos nossa liberdade"[41]. A Conferência de Lambeth expressou particular simpatia pelos esforços realizados, então, no México e em outros lugares, para estabelecer uma hierarquia nacional e autônoma, "e também pelos homens sérios e corajosos da França, da Itália, da Espanha e de Portugal que foram levados a se libertar do fardo das condições ilegais exigidas pela Igreja de Roma para a recepção dos sacramentos"[42]. Essas palavras da encíclica de introdução são extraídas de uma das resoluções adotadas pela Conferência. A mesma resolução termina com as seguintes palavras:

>

> *Continuamos a observar esses movimentos com profundo e inquieto interesse, e oramos para que sejam abençoados e guiados pelo Deus todo-poderoso*[43].

O princípio fundamental da atitude em relação à Igreja de Roma é estabelecido no parágrafo referente à comunidade latina por meio de uma reprise quase textual do trecho de 1888 já citado anteriormente[44].

Assim, chegamos às Conferências de Lambeth mais recentes. Observe-se que a atitude da Comunhão anglicana em relação à Igreja de Roma segue **uma melhora lenta e contínua**. É importante notar, no entanto, que os bispos anglicanos atribuem essa melhoria principalmente a **mudanças encorajadoras que, para sua alegria, acreditam poder constatar na Igreja de Roma**. Em sua opinião, a fonte da desavença não está de seu lado.

As Igrejas anglicanas, em conformidade com todas as outras Igrejas, veem na Igreja de Roma a única que merece severas críticas do ponto de vista cristão comum. Todas as Igrejas atribuem as divisões exclusivamente a Roma. A esperança que têm de restaurar a unidade é alimentada principalmente pela expectativa de **ver a Igreja de Roma finalmente compreender que precisa, em muitos pontos, de uma revisão e renovação,** para que, no que diz respeito a ela, **possibilite a reconciliação, o aproximamento e a reunião que há tanto tempo desejam as outras Igrejas.** Aos olhos do anglicanismo, assim como de todas as Igrejas surgidas da Reforma, a união com a Igreja de Roma está subordinada à vontade desta última de se submeter à Palavra de Deus não adulterada. Sempre que se consultam sobre o estado da questão, os bispos anglicanos observam no céu ecumênico os sinais preditivos de um novo dia. Eles os esperam "mais do que um vigia espera a aurora" (Salmo 130:6).

---

[27] «Relatório do Comitê nomeado para considerar e reportar sobre o assunto da Unidade da Igreja em sua relação: (a) às Igrejas do Oriente; (b) à Comunhão Latina; (c) a outros corpos cristãos» (Ibid., p. 243 et ss).

[28] «Portanto, concordando inteiramente com os decretos dos Pontífices predecessores nesta mesma causa, e confirmando e renovando plenamente com nossa autoridade, motu proprio, por ciência certa, proclamamos e declaramos que as ordenações realizadas pelo rito anglicano, **foram e são totalmente nulas...** » (Dz, 1966; trad. francesa: Cartas apostólicas de Leão XIII, Ed. Bonne Presse, tomo V, p. 75).

[29] «E, portanto, na medida em que essas ordens devam ser continuadas, e respeitosamente usadas e reconhecidas nesta Igreja da Inglaterra, é necessário que nenhum homem (não sendo neste momento Bispo, Sacerdote ou Diácono) execute qualquer uma delas, exceto se for chamado, testado, examinado e admitido, de acordo com a forma a seguir» (*Os Primeiros e Segundos Livros de Oração do Rei Eduardo VI*, Ed. Everyman's Library, Londres, reimpressão 1927, p. 292).

[30] Veja, por exemplo, N. Sykes, *Antigo Sacerdote e Novo Presbítero*, Cambridge, 1956, cap. II: «Uma paridade de ministros afirmada», p. 30 e ss, e cap. III: «Uma imparidade de ministros defendida», p. 58 e ss. Cf. C. Meyer, *Elizabeth I e o assentamento religioso de 1559*, St. Louis, EUA,

1960, pp. 75 e ss.

[31] «Que visava derrubar nossa posição total como Igreja» (Ordens Anglicanas, reimpressão 1957, p. 23). Na edição em latim, p. 21: «Quae totum nostrum statum ecclesiasticum subvertere conarentur». O texto da edição francesa (1897) foi utilizado aqui (parágrafo I, p. 7).

[32]F. Clark, *Ordens Anglicanas e Defeito de Intenção*, Longmans, Londres, 1956.

[33]F. Clark, obra citada, pp. 203 e ss.

[34]«Assim, ao derrubar nossas ordens, ele (o Papa) derruba todas as suas e pronuncia sentença sobre sua própria Igreja. Eugênio IV, de fato, colocou sua Igreja em grande perigo de nulidade quando ensinou um novo assunto e uma nova forma de Ordem e deixou o real sem nenhuma palavra. Pois ninguém sabe quantas ordenações podem ter sido feitas, segundo seu ensino, sem qualquer imposição de mãos ou forma apropriada. O Papa Leão exige uma forma desconhecida pelos bispos romanos anteriores e uma intenção que é defeituosa nos catecismos da Igreja Oriental» (*Ordens Anglicanas*, p. 60; edição francesa 1897: pp. 43-44).

[35] «Aqueles que não estão preparados para admitir que o *magistério* oficial da Igreja Católica Romana e o ensino aprovado de seus teólogos fornecem orientação segura nessas questões de teologia sacramental, não aceitarão a validade das minhas premissas» (Clark, obra citada, p. 202).

[36] «As presentes letras e tudo o que nelas está contido não poderão em nenhum momento ser notados ou impugnados por defeito de subreptício ou obreptício ou de nossa intenção, ou por qualquer outro defeito; mas sempre serão válidas e estarão em sua força e devem ser observadas por todos de qualquer grau e preeminência, inviolavelmente em juízo e fora dele; também declaramos nulo e sem efeito se, em contrariedade a isto, por qualquer um, de qualquer autoridade ou pretexto, deliberadamente ou ignorando, ocorrer tentar» (ASS, 29, 1896-1897, p. 203, e Ordens Anglicanas, p. 31; trad. francesa: Cartas Apostólicas de Leão XIII, Ed. Bonne Presse, tomo V, pp. 75 e 77).

[37] «No dia 17 de dezembro, Matthew Parker foi consagrado na Capela de Lambeth. William Barlow, John Scory, que também pregou o sermão de instalação, Myles Coverdale e John Hodgkins participaram do rito solene. Nem Matthew Parker, nem a rainha, nem outros estavam preocupados que ele fosse consagrado na «Sucedência Apostólica». Ele foi consagrado por bispos devido à dignidade do ofício, não por causa da necessidade de manter uma continuidade direta. A sucedência apostólica tornou-se a preocupação dos clérigos de uma geração posterior» (Carl MEYER, *Elizabeth I e o Assentamento Religioso de 1559*, St. Louis, EUA, 1960, p. 82).

[38] N. Sykes, *Antigo Sacerdote e Novo Presbítero*, Cambridge, University Press, 1956, 2ª edição 1957.

[39] «...mas, infelizmente, afirmando como sua única base o reconhecimento da supremacia papal como um direito divino» (*The Six Lambeth Conferences*, p. 246).

[40] «Embora a controvérsia raramente seja um método de promover a unidade, há motivos para agradecer pelo tom cortês com que grande parte dessa controvérsia tem sido conduzida; pelo

abandono pelo Papa de muitos assuntos irrelevantes e espúrios que anteriormente tornavam a discussão desesperadora; pela limitação da esfera da controvérsia a pontos definidos; por uma grande quantidade de literatura auxiliar que incorpora os resultados de muitas pesquisas; e pelo desejo demonstrado de ambos os lados de entender e não distorcer conscientemente um ao outro. Se esse espírito aumentar, mesmo a controvérsia não terá sido em vão; e aguardamos a resultado de tal controvérsia com inteira confiança» (Ibid., p. 246).

[41] «Reconhecemos com grande simpatia os esforços que estão sendo feitos para escapar da autoridade usurpada da Sé de Roma, assim como nós mesmos recuperamos nossa liberdade há três séculos» (Ibid., p. 194).

[42] «Com os corajosos e dedicados homens da França, Itália, Espanha e Portugal que foram levados a se libertar do fardo dos termos ilegais de Comunhão impostos pela Igreja de Roma» (Ibid., p. 194).

[43] «Continuamos a observar esses movimentos com profundo e ansioso interesse, orando para que sejam abençoados e guiados pelo Deus Todo-Poderoso».

[44] Veja p. 52.

Revision #6
Created 23 August 2024 19:26:25 by Admin
Updated 24 August 2024 01:16:31 by Admin